

RECURSO ESPECIAL Nº 1.579.273 - PR (2016/0015081-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : ELOI ANTONIO GORLIN
ADVOGADO : WILIAN ZENDRINI BUZINGNANI - PR028856
RECORRIDO : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO : RAYANA VELTRINI KALCKMANN SILVA - PR071215

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ELOI ANTONIO GORLIN
ELOI ANTONIO GORLIN, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição
Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO REVISIONAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRATO DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS. IRRESIGNAÇÃO DAS PARTES LITIGANTES.

APELAÇÃO CÍVEL. 1. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICABILIDADE. SÚMULA 297 DO STJ. 2. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. OCORRÊNCIA. APLICABILIDADE DA SÚMULA 121 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL À ESPÉCIE. COBRANÇA INDEVIDA. 3. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. SÚMULA 472 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SENTENÇA ESCORREITA NO PONTO. 4. MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. ART. 514, II, DO CPC. NÃO CONHECIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, NÃO PROVIDO.

RECURSO ADESIVO. 1. APLICAÇÃO DO ARTIGO 354 DO CÓDIGO CIVIL. POSSIBILIDADE. 2. TARIFAS BANCÁRIAS. NECESSIDADE DE PREVISÃO CONTRATUAL E AUTORIZAÇÃO PELO BACEN. CONTRATO NÃO JUNTADO AOS AUTOS. PACTUAÇÃO NÃO VERIFICADA. COBRANÇA INDEVIDA. 3. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. 'CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. EFETIVO PREJUÍZO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. "
(e-STJ,fl.696)

Em suas razões recursais, o recorrente defende ter havido ofensa ao art. 4º, I,

46, 47 e 51, IV do CDC, pois a sistemática da imputação do pagamento (art. 354 do CC) é fenômeno contábil que onera excessivamente o consumidor, colocando-o em desvantagem exagerada, portanto, é ato nulo de pleno direito nos termos do art. 51 do CDC.

Defende, em síntese, que no valor do principal são incluídos juros não pagos, sobre os quais incidem novos juros, o que gera ilegal capitalização ilegal, bem como que o Banco recorrido não realiza a imputação do pagamento da forma prevista no art. 354 do CC.

Apresentadas contrarrazões às fls. 761/735 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

O Tribunal de origem, no que pertine à alegação de que estaria havendo, no caso concreto, capitalização ilegal de juros, o que impõe o afastamento da aplicação da regra de imputação do pagamento, assim expressamente consignou o seguinte:

"Sustenta o recorrente adesivo a inaplicabilidade da regra da imputação ao pagamento ao caso dos autos.

Sem razão, contudo.

Isto porque, a hipótese de contrato de conta corrente comporta a aplicação do art. 993 do Código Civil de 1916 (art. 354 do Código Civil de 2002), de modo que os eventuais pagamentos realizados pelo correntista, no curso da relação contratual, devem ser destinados primeiramente à amortização do juros vencidos no respectivo período.

Imprescindível observar, no entanto, que quando o valor dos créditos mensais não é suficiente ao pagamento dos juros, os juros não pagos passam a integrar a base de cálculo dos juros do mês seguinte, ocorrendo a vedada capitalização mensal de juros.

De modo que se por um lado não se pode veda a observância da forma de pagamento expressa no art. 354 do CC, por outro tal aplicação por si só não afasta a capitalização de juros.

E para evitar a ocorrência de dita capitalização, dever-se-á observar quando da liquidação da presente decisão o seguinte critério, estabelecido por esta 16ª Câmara Cível:

"Para evitar tal situação, mesmo porque o dispositivo legal [art. 354 do Código Civil] está em pleno vigor e não pode ser ignorado, devem ser realizados dois cálculos paralelos: um referente aos juros não integralmente quitados e outro ao valor principal. Desta forma, estará afastada a possibilidade de cobrança de juros sobre juros, evitando-se, assim, qualquer prejuízo ao consumidor/devedor". (A nº 450.900-8, Rel. Des. Renato Naves Barcellos)

(...)

Com efeito, plenamente cabível a aplicação da regra da imputação ao pagamento, haja vista que não implica em capitalização, ressaltando apenas que deverão ser realizados dois cálculos paralelos: no primeiro, computar-se-ão apenas os juros não pagos, parcial ou integralmente; abrangendo o segundo cálculo o valor referente ao principal." (e-STJ, fls.703/705)

Como visto, a Corte de origem determinou a aplicação do art. 354 do CC, no que decidiu de acordo com o entendimento desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. BANCÁRIO. REVISÃO DE CONTRATO. ABERTURA DE CONTA CORRENTE E ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (CHEQUE ESPECIAL). IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO. REEXAME DE PROVAS. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DEFICIENTE. NÃO OCORRÊNCIA.

1. O Tribunal de origem dirimiu de modo fundamentado e claro a controvérsia. O acórdão recorrido não é omissivo, obscuro ou contraditório, nem contém erro material. Rejeita-se a alegação de ofensa aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015.

2. A imputação do pagamento primeiramente nos juros é instituto que, via de regra, alcança os contratos em que o pagamento é diferido em parcelas. Objetiva diminuir a oneração do devedor. Ao impedir que os juros sejam integrados ao capital para, só depois dessa integração, ser abatido o valor das prestações, evita que sobre eles (juros) incida novo cômputo de juros. É admitida a utilização do instituto quando o contrato não disponha expressamente em contrário. Precedentes.

3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1735450/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 08/04/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO. ART. 354 DO CC/2002. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Capitalização de juros, juridicamente, corresponde ao fenômeno de inserir no capital principal os juros apurados no período anterior para, em seguida, fazer incidir novos juros relativos ao período subsequente. Precedentes.

2. A imputação do pagamento é instituto jurídico por meio do qual se mantêm destacados os montantes relativos ao capital principal e juros no momento do pagamento, fazendo-se a dedução primeiramente nos juros e, só após o seu integral pagamento, amortizando o capital principal.

3. Trata-se de institutos jurídicos distintos e independentes, que podem ser cumulados quando contratualmente prevista a capitalização dos juros.

4. O Tribunal de Justiça delineou a controvérsia com apoio nos elementos de fato e prova coligidos aos autos. Nesse contexto, a revisão do julgado esbarra no óbice da Súmula n. 7/STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1648118/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017)

Ademais, como acima transcrito, Corte de origem determinou que os juros não pagos deverão ser colocados em conta separada, a fim de que, sobre eles, não incidam novos juros, o que afasta a alegação do recorrente de que os créditos devem antes amortizar o principal, para evitar que os juros futuros incidam sobre os juros vencidos.

Contudo, tal fundamento, autônomo e suficiente à manutenção do v. acórdão recorrido, não foi impugnado nas razões do recurso especial, convocando, na hipótese, a incidência da Súmula 283/STF, segundo a qual "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*". Neste sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DAS RAZÕES DO ACÓRDÃO ESTADUAL. INCIDÊNCIA DO VERBETE N° 283/STF.EXECUÇÃO. CÉDULA RURAL. ARGUIÇÃO DE EXCESSO DE COBRANÇA. ANÁLISE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. Ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo, aplica-se, por analogia, o óbice da Súmula n° 283, do STF.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 687.997/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL

GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 13/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF. RESCISÃO UNILATERAL. BENEFICIÁRIO EM TRATAMENTO MÉDICO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão recorrido atrai o óbice da Súmula 283 do STF, segundo a qual: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

2. Não obstante o plano de saúde coletivo possa ser rescindido unilateralmente, mediante prévia notificação do usuário, esta Corte reconhece ser abusiva a rescisão do contrato durante o tratamento médico garantidor da sobrevivência e/ou incolumidade física, como no caso em apreço, no qual a segurada diagnosticada com câncer se encontra em tratamento oncológico.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1298878/SP, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator